

Manipulação de competições é “das maiores ameaças à integridade no desporto”

written by O Cidadão | 16 de Dezembro, 2023



João Paulo Almeida contribuiu para um guia publicado pela Interpol, o gabinete de drogas e crime das Nações Unidas e o Comité Olímpico Internacional (COI), um ‘manual’ prático de investigação de casos de manipulação de competições, assim como a gestora de projetos do **COP Joana Gonçalves**.

De Portugal, nota ainda para o contributo de **António Folgado**, do gabinete da Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro.

“Como é sabido, a manipulação de competições desportivas é hoje uma das maiores ameaças à integridade no desporto, e tem vindo, ao longo das últimas décadas, a ser feito um trabalho para reforçar o peso deste problema na agenda das organizações desportivas, desde logo o COI, que equiparou a manipulação de

competições ao doping como principais ameaças à integridade no desporto”, lembra o dirigente do COP, em entrevista à Lusa.

Assim, este fenómeno necessita de agregar o lado desportivo a outras entidades, da investigação criminal ao mercado e reguladores de apostas, organismos políticos e outros, com o comité olímpico português integrado “há algum tempo no grupo de elite desenvolvido neste domínio e a trabalhar em rede”.

Desse trabalho nasceu “este guia prático, que visa dar formação específica nesta área, tornar mais simples operacionalizar instrumentos, e como devem ser implementados no terreno, para educar, reconhecer o fenómeno e poder sancionar”.

“No fundo, é um manual operacional para polícias desta área e para as organizações desportivas. Pode ser um guia relevante para ultrapassar algumas barreiras que por vezes se colocam, mesmo por organizações que têm vontade de trabalhar no domínio e depois se confrontam com elevado nível de complexidade, um fator de bloqueio para começar a trabalhar”, aponta.

Este instrumento adicional simplifica conceitos complexos e ajuda a munir quem pode intervir de conhecimento e ferramentas “fáceis de implementar”, até porque o “panorama que se tem vindo a verificar é que há infiltração criminosa cada vez maior” no meio desportivo internacional, para “corrupção e manipulação de competições desportivas, nas mais diversas modalidades e níveis e competição”.

“Aproveitam-se destas vulnerabilidades, de falta de cooperação do desporto e combate à criminalidade, mas também por ser uma matéria para as quais as organizações desportivas ainda não estão suficientemente despertas e capacitadas”, acusa.

João Paulo Almeida lembra que Portugal foi o primeiro país da União Europeia a assinar a chamada Convenção de Macolin, “o único instrumento jurídico vinculativo de direito internacional”, mas a sua ação prioritária, o estabelecimento

de uma plataforma, demorou “oito anos”.

O diploma governativo que cria a plataforma foi aprovado este mês, mas esta plataforma *“ainda terá de ser dotada de meios e mecanismos para funcionar no seio da PJ”*.

“Não vou dizer que Portugal está melhor ou pior que os outros. Numas estará melhor, noutras não tanto. Nas apostas, já não há um mediador e vamos submeter o boletim. Faz-se tudo ‘online’. Costumo dizer que continuamos a combater elefantes com fisgas. O panorama é grave, não quero ser alarmista, mas é por isso que estas instâncias internacionais trabalham o tema”, resume.

De resto, nota um *“atraso em relação ao doping”*, a nível internacional com uma distância mais curta *“entre os criminosos e quem combate o fenómeno”*, esperando agora uma *“perspetiva concertada”* de todos os agentes para fazer face a esta complexidade.

Em Portugal, seria importante *“que rapidamente a plataforma entre em funcionamento”*, ainda que a conjuntura governativa não o facilite, para que quem a integra possa *“definir um plano de ação”*.